

E A
HIGIENE....

AH... QUE
SAUDADES
DO PAULO...

A FURB MERECE
UM RU

TÁ MUITO
CARO!!!!

VOU
CHEGAR
ATRASADO
NA AULA...



*enquanto isso, na
cantina da FURB...*

Philippe de Champaigne, "A última ceia" (1652)

Amanha
vou ao
Giassi!!

Não
aquento
mais este
pao de
batata!

Que pastel
gorduroso!

LEIA NESTA EDIÇÃO:
MUNICIPALIZAÇÃO
DO ENSINO
FUNDAMENTAL EM SC
+ DEFENSORIA PÚBLICA
+ CONFIRA A PAUTA
DE REIVINDICAÇÕES
2011 + QUADRINHOS
ERÓTICOS + POESIA
E ARTES VISUAIS
EM BLUMENAU +
ENTENDA O QUE A
FURB DEVE AO ISSBLU

Vincent Van Gogh, "Os comedores de batata" (1885)

Editorial

ASSEMBLÉIA E PAUTA DE REIVINDICAÇÕES 2011

Ao lado, na íntegra, a pauta de reivindicações 2011 apresentada pelo SINSEPEs à Reitoria da FURB. Revisada, debatida, organizada e complementada na Assembleia Geral da categoria, o resultado é uma pauta de reivindicações mais clara e organizada. Nela, as reivindicações históricas da categoria estão mantidas, porém de uma maneira que já aponta as que podem ser imediatamente atendidas, as que dependem de regulamento interno a ser encaminhado aos conselhos competentes e as que dependem de alteração de lei municipal. Estas últimas não deixam de ser reivindicadas e nem perdem importância. Ao contrário, buscamos implementar os processos efetivos de alteração da lei, a partir de discussões que gerem propostas a serem defendidas por toda a universidade, tendo junto à Prefeitura e Câmara de Vereadores uma defesa uníssona pelo sindicato e pela Reitoria como resultado.

Assembleia Geral destacou-se pela efetiva participação dos servidores, resultando, no aspecto qualitativo, em uma das melhores assembleias do sindicato nos últimos anos

A Pré-Assembleia no Campus II e a Assembleia Geral no Campus I destacaram-se pela efetiva participação dos servidores, resultando, no aspecto qualitativo, em uma das melhores assembleias do sindicato nos últimos anos. Em efetivo, a categoria apontou nova redação para diversos pontos da pauta, a inclusão de novas reivindicações que tornaram a pauta um documento muito mais atualizado quanto às demandas dos servidores, além de definir suas prioridades, de modo que a comissão de negociação, também eleita na Assembleia, inicia o processo de negociação efetiva com clareza quanto aos temas mais importantes para a categoria. Teve muito destaque, por exemplo, a discussão quanto à qualidade da alimentação disponível na Universida-

de, os espaços destinados à sua produção, comercialização e consumo, além da insatisfação quanto à forma de regulação por parte da Furb, incluindo fiscalização, o produzido monopólio de exploração, os preços praticados e a necessidade imediata de profunda mudança nos processos licitatórios. Quanto à comissão de negociação, na representação da categoria é formada por três dirigentes do SINSEPEs e três membros eleitos na Assembleia: Francisco Adell Péricas (Depto de Sistemas e Computação), Nelson Afonso Garcia Santos (Depto de Ciências Sociais e Filosofia) e Liliane Cristina Jarschel (Divisão de Administração do Campus). Como suplentes foram eleitos Lucymara Valentini Borges (Divisão de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas) e Viegas Fernandes da Costa (Biblioteca Central).

Um significativo avanço nas reivindicações também pode ser percebido quanto às cláusulas econômicas. A reivindicação de incluir o IVGP (índice de preços de produtos em Blumenau, medido pela FURB) na cesta de índices usada para apurar a inflação a título de reajuste salarial está mantida. A inovação aparece no cálculo das perdas acumuladas em períodos anteriores. Este, sempre calculado apenas em valores nominais de perda, agora incluem a aplicação da inflação nos períodos em que os reajustes foram parcelados. Assim, o índice atualmente reivindicado representa um percentual bem mais próximo das perdas salariais reais do que o reivindicado em anos anteriores.

COMO ESTÃO AS NEGOCIAÇÕES
Em termos de negociação efetiva das reivindicações da categoria, as reuniões entre as comissões de negociação dos trabalhadores e da reitoria já estão ocorrendo. No primeiro encontro a pauta de reivindicações foi apresentada, item a item, sendo esclarecidas ponto a ponto. Todas as dúvidas foram sanadas e, em pouco mais de duas horas, produziu-se um entendimento concreto da comissão represen-

tante da reitoria, sobre quais as reais demandas da categoria. Este processo é importante, na medida que evita que, futuramente, as discussões sejam prejudicadas por diferença de entendimento e não de conteúdo. Pela Reitoria, negociam: Udo Schroeder (Pró-Reitor de Administração), Pedro Paulo Hugo Wilhelm (Coordenador de Planejamento), Dilson Tomio (Diretor Executivo da Rádio e Televisão Educativa Vale do Itajaí) e Luis Valdemir Coelho de Bragas (Coordenador de Assuntos Estudantis). Como primeira impressão, pode-se afirmar, ao menos, que a equipe representante da reitoria demonstra respeito aos integrantes da comissão dos trabalhadores, ao contrário da truculência constante demonstrada pelos representantes do Reitor, dos últimos anos.

Neste momento, o processo de negociação e Assembleias da categoria entram em fase de grande dinamismo. A cada encontro produzem-se mudanças substanciais e novas avaliações precisam ser feitas. Assim, é importantíssimo que todos os servidores fiquem atentos às convocações e comparem às Assembleias, estas já foram declaradas de caráter permanente pela Assembleia Geral realizada, assim podem ser convocadas de forma mais ágil e desburocratizada. A presença e participação dos servidores é fundamental, pois em todas as assembleias convocadas serão tomadas decisões importantes e, a partir dessas decisões, pode-se mudar o rumo da negociação, interferindo diretamente em nosso êxito frente aos representantes da administração. A previsão de deliberação, por parte do Conselho Universitário, é 17 de março e como as primeiras propostas da Reitoria já foram apresentadas, todas as assembleias serão importantíssimas.

Todas as assembleias convocadas serão tomadas decisões importantes e, a partir dessas decisões, pode-se mudar o rumo da negociação

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES



I - CLÁUSULAS ECONÔMICAS

1.1 Reposição das perdas salariais acumuladas, calculadas com base na média dos índices (IPC - FIPE, IGPM - FGV, ICV - DIEESE, INPC e IPCA - IBGE, IVGP - Furb) no período de março/2010 a fevereiro/2011, incidindo sobre os salários de dezembro de 2010 no percentual de 6,61%, com índices de fevereiro/2011 a atualizar após divulgação oficial dos órgãos apuradores.

1.2 Reposição de 16,27%, que deveriam ter sido pagos, referente a perdas remanescentes de períodos anteriores.

1.3 Antecipação de 50% (cinquenta por cento) do décimo terceiro salário para o mês de agosto/2011.

1.4 Incluir nas diretrizes orçamentárias, política salarial que contemple a reposição integral das perdas, sem parcelamento.

1.5 Alteração do pagamento das horas extras, ampliando para 75% o adicional aos sábados para os contratos regidos pelo regime de CLT.

II - CLÁUSULAS SOCIAIS

2.1 Implementar política de redução da jornada de trabalho dos servidores.

2.2 Organizar o regime de trabalho dos servidores de forma que possibilite sua otimização, com o cumprimento de toda jornada (40hs) em cinco dias da semana.

2.3 Suspender qualquer nova terceirização na Furb de funções que podem ser mantidas/criadas como cargos no plano de carreira dos servidores e realização de concurso público para preenchimento das vagas ocupadas pelos terceirizados.

2.4 Ampliar concessão do benefício de abatimento de mensalidade incluindo:

2.4.1 Concessão aos servidores aposentados e seus dependentes nos cursos oferecidos pela Universidade.

2.4.2 Inclusão dos cursos oferecidos pelas conveniadas e sequenciais na política de benefícios.

2.4.3 Revogação do teto de desconto das mensalidades dos cursos de graduação.

2.5 Revisão e alteração da Resolução 30/97, simplificando critérios e trâmites burocráticos para afastamento de servidores técnico-administrativos para cursos de pós-graduação, seguindo proposta a ser apresentada pelo Sinsepes.

2.6 Corrigir as condições de trabalho inadequadas, perigosas e insalubres nos diversos campi da Furb incluindo áreas de convivência.

2.7 Criar a Cipa (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) e SESMT (Serviço Especializado de Saúde e Medicina do Trabalho) na Furb.

2.8 Criação de uma política alimentar da Universidade que vise a ampliação da qualidade, oferta adequada dos alimentos comercializados na Furb, diminuição dos preços, maior conforto aos clientes, condições higiênicas do ambiente e quebra do monopólio de exploração das cantinas. Reestruturar a comissão para definir critérios, contemplando Sinsepes, DCE, Asef, Aprof e Reitoria.

2.9 Reestruturação da Divisão de Gestão de Pessoas, compreendendo:

2.9.1 Ampliação da equipe técnica funcional (ex.: contratação de psicólogo(s));

2.9.2 Qualificação e desenvolvimento continuado de pessoas, incluindo os terceirizados, com a participação do Sinsepes para definir os cursos de qualificação;

2.9.3 Programa de qualidade de vida no trabalho;

2.9.4 Bolsa de oportunidades.

2.9.5 Cumprimento das normas e procedimentos internos e externos.

2.10 Incluir representação do Sinsepes nas negociações referentes aos convênios sociais.

III - CLÁUSULAS ACADÊMICAS

3.1 Efetivar política de pesquisa e extensão que garanta a alocação efetiva das horas de pesquisa e extensão para todos os docentes da instituição.

3.2 Preservar as instâncias colegiadas de tomada de decisões.

3.3 Redução do mínimo de 16 (desesais) para 12 (doze) horas-aula no ensino de graduação, para professores vinculados a programas de pós-graduação stricto sensu, visando atender as exigências dos Comitês de Área da Capes, a criação de novos doutoramentos e o aumento da produção científica dos docentes.

3.4 Ajustar a transição administrativa dos cargos eletivos ao período de definição da carga horária semestral.

IV - CLÁUSULAS SINDICAIS

4.1 Esclarecimento detalhado e permanente à comunidade universitária sobre os encaminhamentos relativos ao cumprimento dos TACs, assinados pela Furb com o MPSC, e seus efeitos correlatos.

4.2 Concessão de trinta seis (36) horas/ano para cada servidor para participação em eventos promovidos pelo Sindicato.

4.3 Assegurar a manutenção do Processo de Negociação Coletiva Permanente e Contratação Coletiva das Cláusulas pactuadas entre o Sindicato e a Administração da Furb.

4.4 Garantir a divulgação antecipada à comunidade universitária da pauta das reuniões dos conselhos superiores. Além disso, implementar o sistema de transmissão das reuniões dos conselhos superiores conforme aprovado em 2001.

4.5 Garantir a manutenção dos acordos sindicais nas Resoluções desta Instituição, só podendo haver rompimento mediante novo acordo.

4.6 Garantir a regularização do vínculo empregatício dos servidores técnico-administrativos e professores contratados com vínculo consolidacional por contrato de prazo indeterminado.

4.7 Calendarização de reuniões periódicas mensais entre Reitoria e Sinsepes para acompanhamento das reivindicações e garantia de cumprimento dos compromissos assumidos.

4.8 Criação de uma Estatuinte, democrática e participativa, para revisão e proposição de alterações da legislação que regulamenta os direitos dos servidores da Furb.

4.9 Instalar imediatamente processo, aos moldes do item 4.8 e com participação do Sinsepes, para formulação de anteprojeto de lei para alterar a LC 746, em especial no que trata:

4.9.1 - Artigo 16 Ampliar concessão de auxílio creche também para os pais.

4.9.2 - Artigo 17 Equiparar os valores do benefício ao do Auxílio Creche, além de prever possibilidades de redução de carga horária e licença. Extensão do benefício para aplicação no caso de quaisquer dependentes, não restrito apenas aos filhos.

4.9.3 - Artigos 38 a 42 Modificar critérios de gozo e contagem de tempo para fins de Licença Prêmio por Assiduidade.

4.9.4 - Artigos 43 a 55 Revogar a contratação de pessoal temporário por contrato administrativo, prevendo regime de contratação regido pela CLT.

4.9.5 - Artigo 60 inciso V: exclusão do "art 84" estendendo aos servidores da Furb o Auxílio Alimentação conforme regulamentação municipal.

4.10 - Instalar imediatamente processo, aos moldes do item 4.8 e com participação do Sinsepes, para formulação de anteprojeto de lei para alterar a LC 745, em especial no que trata:

4.10.1 - Artigo 41 Alterar possibilitando que os professores enquadrados no regime TI 32 sejam enquadrados à modalidade que melhor se ajustar, conforme Artigo 20.

4.11 Encaminhar imediatamente ao Conselho Universitário, proposta de regulamento dos direitos garantidos pela LC 746 que dependem de regulamentação interna, em especial no que trata:

4.11.1 - Artigo 29 Regulamentação referente à conversão de férias em abono pecuniário.

4.12 - Aplicar e cumprir a LC 681, que regulamenta o serviço de plantão e regime de sobreaviso.

4.13 - Alterar a Res. 37/2010, embasando seu conteúdo na regulamentação federal, tendo como referência os critérios da Capes, tanto na modalidade de graduação quanto stricto-sensu.

Expressão Universitária é uma publicação do Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau. **Jornalista responsável:** Leo Laps (01989JP-DRT/SC).

Projeto gráfico, diagramação, editoração e edição: Leo Laps. **Tiragem:** 4.000 cópias. **Gráfica:** Grupo Paulo Pimentel (Curitiba).

Endereço: Campus I da FURB (Rua Antônio da Veiga, 140 - Victor Konder - Blumenau - SC - CEP 89012-900)

Telefone: 47 3321-0400 ou 47 3340-1477 **E-mail:** sinsepes@sinsepes.org.br.

As matérias assinadas são de responsabilidade dos seus autores.

RECICLE! NÃO SUJE A CIDADE!

Presidente: Tulio Vidor **Vice-presidente:** Ricardo Machado **Secretário-geral:** Joni Júlio Evaristo **Tesoureiro:** Luiz Heinzen

1º Tesoureiro: Luiz Donizete Mafra **Diretor Jurídico:** Glauco A. Espindola **Diretora de Cultura:** Mariana Freitas **Diretor de Imprensa:** Carlos Alberto Silva

Conselho Fiscal: Simone Wagner Rios Largura, Rubia Carla Ribeiro e Décio Zendron (titulares); Natacha Juli Georg (suplentes)

Entenda os compromissos da Furib com o Issblu

POR TULLIO VIDOR, presidente do SINSEPEs <coloradofanatico@gmail.com>

COMO TUDO COMEÇOU

Quando o assunto é o ISSBLU e sua relação com as dívidas da FURB, as explicações dadas à comunidade tem sido sempre muito confusas e nebulosas. Neste contexto, busco tornar um pouco mais claro o que de fato está acontecendo, que alterações foram feitas em termos de contribuição por parte da Furib e o que o futuro pode nos reservar.

Fundado em 2000, o ISSBLU é uma Autarquia Especial que tem por finalidade administrar o Fundo Previdenciário dos servidores efetivos da administração direta (Prefeitura Municipal), indireta (FURB, PROEB, SAMAE, SETERB e fundações municipais) e do Poder Legislativo Municipal. Quando fundado, o ISSBLU deveria incorporar o patrimônio do então fundo previdenciário da FURB, bem como receber da Prefeitura Municipal e demais entes os valores relativos à administração e obrigações previdenciárias dos servidores municipais ativos e inativos. Na época a Prefeitura Municipal financiou pelo próprio ISSBLU o montante de sua contribuição, alegando insuficiência de caixa. No caso da FURB, o montante estava disponível no patrimônio do nosso fundo previdenciário; entretanto, a administração da FURB à época preferiu financiar este valor, aos moldes do que fez a Prefeitura, pois o investimento desses valores geraria capital suficiente para cobrir as parcelas e gerar superávit em relação à própria verba. Esta dívida gerada pelo parcelamento desta primeira contribuição, indispensável para gerar e garantir o início das operações do ISSBLU, será chamada no texto de "passivo original" para facilitar a compreensão. Assim, extinto o fundo previdenciário interno, as verbas e a dívida foram incorporadas ao patrimônio da FURB. Ao longo dos anos, com planejamento e investimentos internos equivocados, o acúmulo de déficits fez com que as verbas deixassem de "se sustentar" como o esperado e, uma vez comprometido o patrimônio da Universidade, nos deixasse apenas a dívida.

Além do passivo original a ser pago, ao longo dos últimos anos, a FURB deixou de repassar ao ISSBLU algumas das parcelas devidas da contribuição patronal normal. Estas foram financiadas e refinanciadas, gerando a dívida atual da FURB.

O QUE DEVEMOS

Com relação ao passivo original, o montante da dívida foi recentemente convertido em contribuição adicional. Naquele momento, a capacidade de endividamento da Prefeitura Municipal estava comprometida por várias razões; a FURB como ente componente da estrutura municipal, contribuía para o cálculo do endividamento. Precisando reduzir o montante da dívida (para contrair novos financiamentos), a administração municipal foi responsável por esta conversão. Assim, em termos práticos a FURB deixou de "dever" para o ISSBLU milhões de reais relativos ao passivo anterior,

que regulamenta os institutos previdenciários a nível nacional. Esta impõe a demonstração de longevidade, saudável financeiramente, em projeções de tempo relativas ao dobro do que a previsão máxima de recuperação dos valores do passivo original pela contribuição complementar. Aí demonstra-se o descompasso: os demonstrativos precisam prever contribuições que integram o valor em prazo muito mais curto do que a previsão de saúde financeira global, fazendo com que as previsões de reajuste sejam exacerbadas em relação à sua necessidade concreta. Porém, mesmo essas previsões de reajuste são revistas anualmente, fazendo com que a previsão de reajustes "impagáveis" também avance ao longo dos anos, na mesma proporção. Ademais, a legislação impõe tetos percentuais para as contribuições trabalhistas e patronais, sendo que no caso da FURB, a patronal está quase no teto. Aplicados os tetos, muito em breve a contribuição desatada dos trabalhadores teria que ser reajustada e, atingidos os tetos, não conseguiríamos cumprir o necessário projetado.

Hoje, é importante ter o entendimento de como se compõe os compromissos financeiros da FURB com o ISSBLU. Há a contribuição trabalhista recolhida dos servidores (mensalmente descontados na folha de pagamento), a contribuição patronal (percentual aos salários recebidos, sem desconto ao trabalhador) e agora a contribuição adicional (também percentual aos salários, sem desconto na folha). A dívida propriamente dita é composta do financiamento das contribuições patronais não repassadas anteriormente, não tendo relação direta com o passivo original.

No âmbito do ISSBLU, atualmente é feita a revisão atuarial, baseada em uma fórmula matemática que considera expectativa de gastos e receitas diversos, apontando a necessidade de contribuição que garanta a longevidade do fundo. O cálculo atuarial é a origem das correções de contribuição em percentual dos entes e também corrige o percentual da alíquota complementar de contribuição da FURB. No contexto deste cálculo, o passivo original é contado como patrimônio do fundo e representa boa parte da condição de saúde financeira do ISSBLU. Nesse contexto, a diferenciação da expectativa de contribuição se manifesta em função da legislação

que regulamenta os institutos previdenciários a nível nacional. Esta impõe a demonstração de longevidade, saudável financeiramente, em projeções de tempo relativas ao dobro do que a previsão máxima de recuperação dos valores do passivo original pela contribuição complementar. Aí demonstra-se o descompasso: os demonstrativos precisam prever contribuições que integram o valor em prazo muito mais curto do que a previsão de saúde financeira global, fazendo com que as previsões de reajuste sejam exacerbadas em relação à sua necessidade concreta. Porém, mesmo essas previsões de reajuste são revistas anualmente, fazendo com que a previsão de reajustes "impagáveis" também avance ao longo dos anos, na mesma proporção. Ademais, a legislação impõe tetos percentuais para as contribuições trabalhistas e patronais, sendo que no caso da FURB, a patronal está quase no teto. Aplicados os tetos, muito em breve a contribuição desatada dos trabalhadores teria que ser reajustada e, atingidos os tetos, não conseguiríamos cumprir o necessário projetado.

ATUALMENTE

Como se nossa condição atual já não fosse complexa e angustiante o suficiente, nos últimos dias a reitoria da FURB solicitou financiamento das parcelas da contribuição patronal de dezembro, janeiro e do 13º salário últimos, em 36 meses. Ou seja, não recolheu os R\$ 2,4 milhões devidos e solicita seu pagamento em 36 vezes, onde o mínimo de correção possível de deliberação no ISSBLU é aplicar 6% ao ano mais INPC. Este financiamento foi aprovado no âmbito do ISSBLU e, concretizado, significará mais uma dívida de quase R\$100 mil por mês com o Instituto.

A administração atual assumiu a Universidade e demonstrou entendimento equivocado dos temas acima, em várias manifestações. Muito embora seja tema muito complexo, o entendimento precisa ser imediatamente alcançado para que possamos buscar saídas efetivas e um menos comprometimento financeiro da FURB, evitando a perspectiva das contribuições "impagáveis".

Aos servidores, comunico que no último mês assumi a cadeira de representação do SINSEPEs no Conselho de Administração do ISSBLU (anteriormente ocupada pelo prof. Glauco Espíndola) e, à medida que as novidades se apresentam e tome conhecimento de outros aspectos, procederei com os devidos esclarecimentos aos servidores.

Defensoria Pública: um direito sonegado

PRODUZIDO PELO DACLOBE (DIRETÓRIO ACADÊMICO CLÓVIS BEVILACQUA)

A Defensoria Pública, como forma de garantir o acesso à justiça, encontra-se previsto nos arts. 5º, inciso LXXIV e 134 da Constituição Federal. O acesso, por sua vez, deve ser integral e gratuito aos necessitados, devendo cada estado organizar o seu sistema, possibilitando ao cidadão acessar os serviços de justiça, provido com servidores concursados e propiciar não somente a representação no processo, mas também a orientação e promoção do conhecimento do cidadão sobre os seus direitos. Estas são algumas das normas gerais que a Lei Complementar 80/94 determina para a criação dos serviços nos estados e é a norma utilizada na organização da Defensoria Pública da União.

Todos os estados do Brasil organizam suas Defensorias observando as diretrizes estabelecidas por esta lei. Entretanto, Santa Catarina optou por um modelo diferente, que é organizado pela Ordem dos Advogados do Brasil.

Assim, o que existe em Santa Catarina é a Defensoria Dativa que, conforme a lei complementar estadual nº 155/97, exerce a função da Defensoria Pública. Esta lei não considera as diretrizes da Constituição Federal, não contemplando toda a atividade que deveria ser exercida pela Pública. Neste sentido, um rápido olhar sobre a lei estadual mostra que o Estado somente remunera aos advogados pelos serviços prestados nos processos. Qualquer ato visando a promoção de um direito que seja realizado fora do processo não é remunerado pelo estado, como se a justiça somente pudesse acontecer diante de um juiz e com base em um litígio, um conflito entre as partes.

Este fator é complexo e deve ser visto de duas formas: em primeiro lugar, a função do advogado no acesso à justiça é muito mais ampla do que seus trabalhos técnicos nos processos, uma vez que ele pode agir no auxílio da conciliação dos conflitos e na orientação acerca dos direitos de cada cidadão. O advogado, compreendendo as necessidades de uma comunidade ou pessoa, pode orientar os envolvidos a evitar o processo judicial, rotineiramente conhecido por sua demora. Em segundo lugar, este tipo de comportamento profissional, além de minimizar o desconforto do processo,

coopera com a própria organização judiciária, gerando economia aos cofres públicos e acelerando os trabalhos do serviço.

Neste sentido, tem-se que algumas das funções mais importantes da Defensoria Pública, tida especialmente como instrumento na busca por uma sociedade mais justa, acabam não sendo cumpridas em Santa Catarina, ou quando o são, ocorrem pela boa vontade de algumas iniciativas, que não constituem a regra, tal como deveria ser.

O exemplo disto destaca-se ao observarmos que é função da Defensoria Pública promover a difusão e a conscientização acerca dos direitos humanos, da cidadania e do ordenamento jurídico. A importância desta função é trabalhar com a conscientização da comunidade, tornando cada pessoa capaz de buscar, de maneira autônoma, os seus direitos. Resultado disso é a formação de grupos sociais mais fortes e capazes de se articular coletivamente na defesa dos direitos de sua classe.

Outro exemplo é que a Defensoria Pública possui legitimidade para promover Ação Civil Pública e todas as espécies de ações capazes de propiciar a adequada tutela dos direitos difusos, coletivos ou até mesmo os direitos individuais homogêneos quando o resultado da demanda puder beneficiar um grupo de pessoas hipossuficientes. Esta é uma função que fortalece a Democracia e todos os direitos que o Estado Democrático promete aos seus cidadãos. É mais uma maneira de tirar da mera formalidade os direitos concedidos aos cidadãos, que rotineiramente, são desrespeitados pelo próprio Estado. A ausência de Defensoria Pública em Santa Catarina implica no sobrecarregando de diversas Promotorias de Justiça, que arcam com esta responsabilidade para não penalizar o cidadão, quando, eventualmente, assumem estas ações.

Destaca-se a função conferida pela lei federal que consiste na defesa dos interesses individuais e coletivos da criança e do adolescente, do idoso, da pessoa portadora de necessidades especiais, da mulher vítima de violência doméstica e familiar e de outros grupos sociais vulneráveis que mereçam proteção especial do Estado. Essa função é de extrema importância, pois de nada adianta criar leis que defendam esses grupos se seus direitos não forem respeitados e efetivados.



Ou seja, não adianta termos leis que protejam os elos mais fracos da sociedade se não tivermos quem os defenda e trabalhe por sua eficácia.

Essas são apenas algumas ações inerentes à Defensoria Pública. A importância da criação da Defensoria Pública é evidente por todas as ações que ela, de fato, promove. Paíra, então, a dúvida: porque não é criada em Santa Catarina?

Diversos interesses estão envolvidos neste debate e há, notadamente, o desinteresse do Executivo estadual, a quem compete a responsabilidade por instituir a Defensoria Pública.

Além disso, a própria Ordem dos Advogados do Brasil, que nos termos de seu estatuto (Lei 8.906/94, art. 44, I), tem a obrigação de "defender a Constituição, a ordem jurídica do Estado democrático de direito, os direitos humanos, a justiça social, e pugnar pela boa aplicação das leis, pela rápida administração da justiça e pelo aperfeiçoamento da cultura e das instituições jurídicas", em Santa Catarina posiciona-se contra a aplicação da Constituição, em favor da lei estadual, num claro posicionamento de defesa dos interesses da classe dos advogados, em detrimento dos direitos da cidadania.

Há, inclusive, diversos advogados e estudantes de direito que admitem serem partidários da defensoria dativa porque é uma maneira de ter um trabalho ao concluir o ensino superior. É uma posição lamentável, mas ao menos é verdadeira, uma vez que as demais justificativas não prosperam diante de um debate jurídico sério.

Tanto do ponto de vista jurídico, quanto do ponto de vista histórico, parece que Santa Catarina rema contra a maré: enquanto todo o resto do mundo já percebeu as limitações do serviço nos moldes privados, tal como é oferecido aqui, O Governo do Estado e a própria OAB insistem em sustentar a viabilidade da Defensoria Dativa, o que até seria aceitável, desde que num

sistema misto, com responsabilidades compartilhadas entre esta e a Defensoria Pública.

Para corroborar esta avaliação, informa-se que sobre a questão do acesso à justiça em Santa Catarina, assemelha-se ao relatado por Boaventura de Souza Santos ao analisar o problema no período pós-guerra. Nas palavras do autor:

"No imediato pós-guerra, vigorava na maioria dos países um sistema de assistência judiciária gratuita organizada pela ordem dos advogados a título de munus honorificum (Cappelletti e Garth, 1978: 22 e ss.; Blankenburg, 1980). Os inconvenientes deste sistema eram muitos e foram rapidamente denunciados. A qualidade dos serviços jurídicos era baixíssima, uma vez que, ausente a motivação econômica, a distribuição acabava por recair em advogados sem experiência e por vezes ainda não plenamente profissionalizados, em geral sem qualquer dedicação à causa. [...] a assistência se limitava aos atos em juízo, estando excluída a consulta jurídica, a informação sobre os direitos. a denúncia sobre este sistema privado e caritativo levou a que, na maioria dos países, ele fosse sendo substituído por um sistema público e assistencial organizado ou subsidiado pelo Estado."

Atualmente, a Defensoria Pública de Santa Catarina conta com um projeto de lei, de iniciativa popular que tramita na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, o qual se encontra parado desde 27/10/2010 na Comissão de Constituição e Justiça. Logo, percebe-se que a população fez a sua parte, oferecendo o projeto através da iniciativa popular; agora, falta ao Estado concluir a sua parte e parar de sonegar este Direito Constitucional ao nosso cidadão.

1 SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela Mão de Alice*: o social e o político na pós-modernidade. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1997. p.171. Grifo no original.



Municipalização do ensino: solução para quem?

POR LEO LAPS, jornalista do SINSEPEs <leolaps@gmail.com>

Aprovar o Projeto de Lei Complementar (PLC) 014/2009, que estabelece critérios para a municipalização completa do ensino fundamental da rede pública catarinense, será uma das prioridades da Secretaria do Estado de Educação neste início de governo Raimundo Colombo. Rejeitado pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina (SINTE-SC), o polêmico projeto foi apresentado pela primeira vez em 2009 e arquivado em julho de 2010, às vésperas das últimas eleições.

Pela redação original, a lei confere a prefeitos em exercício o direito de autorizar a transferência da responsabilidade “administrativa, financeira e operacional” das unidades de ensino fundamental do Estado para os municípios, que poderiam escolher um processo gradual, com a cedência de uma série por ano, ou mais rápido, absorvendo de uma vez só as quatro séries iniciais. Para financiar a expansão de escolas e alunos, as prefeituras passariam a receber parcelas maiores do Fun-

deb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), formado por recursos federais e impostos e transferências de estados e municípios com o objetivo de garantir o valor mínimo nacional de investimento por aluno (R\$ 1722,05 por ano – ou R\$ 143,50 por mês – em 2011, segundo o Ministério da Educação).

Já os professores concursados pela rede estadual seriam, de acordo com o PLC, emprestados às escolas municipais, mantendo planos de carreira e aposentadoria pelo Estado, mas com vencimentos pagos pelo município através de desconto no Fundo de Participação dos Municípios. Assim, as escolas passariam por um período de transição, com professores do município e do estado trabalhando juntos, até o município absorver todas as nove séries do ensino fundamental.

A Constituição Federal de 1988 obriga municípios, estados e a União a investir 25% de sua receita na Educação. De acordo

Governo estadual pretende transferir aos municípios todas as séries do ensino fundamental para se dedicar apenas ao ensino médio. Mas será que prefeituras como a de Blumenau, com sérios problemas estruturais em sua rede pública de ensino, tem condições de bancar esta proposta?

com a última Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, municípios são exclusivamente responsáveis pela educação infantil, enquanto estados devem priorizar o ensino médio. Já o ensino fundamental seria uma responsabilidade dividida por ambos. O argumento principal do Estado ao repassar mais esta parte da educação básica aos municípios seria focar seus investimentos somente no ensino médio para torná-lo integral até 2014, ofertando cursos técnicos e profissionalizantes. A mudança faz parte de um projeto nacional que visa tornar obrigatória a presença na escola de toda criança entre 4 a 17 anos – hoje a idade é de 6 a 14.

ESTRUTURA DEFICITÁRIA

Mas será que uma prefeitura municipal como a de Blumenau – que conta com um déficit de cerca de 3 mil vagas na educação infantil, que afirma não ter verba para reformar telhados e ginásios de boa parte das 50 escolas

do município, que não consegue dar aumento real de salário para os servidores públicos – tem condições de receber mais escolas e mais alunos em sua rede municipal de ensino?

Para o secretário municipal de Educação, Osmar Matiola, sim: “Desde que os professores sejam cedidos, sem que o município tenha de pagar seus salários, e desde que possamos escolher as escolas, não vejo problemas”. O professor e secretário de Organização do SINTE-SC (Regional Blumenau), Janilson Lotério, discorda de Matiola. “Para quem está agora no poder, soa bem ampliar a rede municipal recebendo escolas do estado. Mas, em 10, 15 anos, essas escolas precisarão de manutenção. A prefeitura mal dá conta da rede de ensino como ela é hoje, e quer ampliá-la?”, questiona o sindicalista.

A presidente do Sindicato Único dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Blumenau (SINTRASEB) e também professora Sueli Adriano é contra a municipalização das escolas estaduais da cidade. Primeiro, pelos problemas financeiros já enfrentados pela rede municipal de ensino. “A folha de pagamento da Secretaria de Educação do município é inchada pela Fundação Cultural e pela Fundação Municipal de Desportos. Não há uma discussão permanente sobre o orçamento municipal ou políticas públicas para o ensino. Em 2010, o Conselho Municipal de Educação se reuniu apenas duas vezes. Sem o dinheiro arrecadado pelas associações de pais e mestres para coisas básicas como lâmpadas, a situação ficaria pior ainda”, denuncia.

Outro problema da municipalização gradual, aponta Sueli Adriano, é de gestão. Para ela, misturar professores do Estado e do município em uma mesma escola trará dificuldades já vivenciadas em Blumenau: “Tivemos uma experiência dessas no ano passado, quando a rede estadual não abriu vagas para a 1ª série. Algumas escolas estaduais tiveram de ceder salas para o município, e aquilo virou terra de ninguém, pois são salários, diretrizes de trabalho e até calendários letivos diferentes”, revelou Sueli.

Um professor com licenciatura plena inicia a carreira em SC com um salário de R\$ 993,20 (40 horas semanais). O que explica a forte queda na procura, por parte de novos estudantes universitários, de cursos superiores do gênero.

Mas não se trata apenas de dinheiro e salários. A valorização da Educação demandará à sociedade um novo jeito de ver a importância do ensino. “Hoje, as escolas ainda são consideradas, até mesmo pelos pais, como um depósito de crianças, um lugar seguro para deixar os filhos enquanto se trabalha. O professor não tem mais importância, é a mídia quem ensina. É preciso pensar que tipo de Educação estamos buscando”, argumenta Lotério.

DESCENTRALIZAÇÃO

A ideia de descentralização do ensino, da qual a municipalização faz parte, já aparecia nos planos do governo federal no início da década de 1960, pouco antes do golpe militar de 1964. Conforme relatam as pesquisadoras Ione Ribeiro Valle, Gláucia Elisa de Paula Mizuki e Inaiara Maria Ferreira de Castro no artigo “Democratizar, descentralizar, municipalizar: a expansão do ensino catarinense” (2004), na época “pensar em termos de rede municipal é (era) pensar em integração, socialização, participação,

escolarização compartilhada pela comunidade”.

Este ideal ganhou força nos anos 80, com o fim da ditadura. Entretanto, se a municipalização ampliou o número de vagas para crianças em idade escolar, a falta de real investimento governamental no ensino não diminuiu em nada a desigualdade entre escolas públicas e privadas, perpetuando a segregação social e escolar.

A última Conferência Nacional de Educação (CONAE 2010) estabeleceu como meta de governo, até 2014, dobrar o valor do PIB destinado ao ensino, hoje na casa dos 5%. Este montante precisa, de fato, sair do papel e tomar a realidade das creches, escolas e universidades do país. Do contrário, nem municipalizações, nem federalizações impedirão um sucateamento ainda maior do ensino público no Brasil.

PISO SALARIAL

A valorização do professor passa diretamente pela consolidação do piso nacional da categoria, consolidado por lei há dois anos, e que em 2011 teve aumento de quase 15,85%, passando de R\$ 1024,67 para R\$ 1187,08 para 40 horas semanais. Em Santa Catarina, segundo a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e o próprio SINTE-SC, o piso só vem sendo cumprido com a adição, ao

salário-base, de benefícios e regência de classe, não incorporados às férias, 13º e aposentadoria desses trabalhadores – prática legal, segundo

o Supremo Tribunal Federal. De acordo com a tabela salarial de agosto de 2010 – a mais recente disponível no site do sindicato estadual (www.sinte-sc.org.br) –, um professor com licenciatura plena inicia a carreira em SC com um salário de R\$ 993,20 (40 horas semanais). O que explica a forte queda na procura, por parte de novos estudantes universitários, de cursos superiores do gênero.

Mas não se trata apenas de dinheiro e salários. A valorização da Educação demandará à sociedade um novo jeito de ver a importância do ensino. “Hoje, as escolas ainda são consideradas, até mesmo pelos pais, como um depósito de crianças, um lugar seguro para deixar os filhos enquanto se trabalha. O professor não tem mais importância, é a mídia quem ensina. É preciso pensar que tipo de Educação estamos buscando”, argumenta Lotério.

VALLE, Ione Ribeiro; MIZUKI, Gláucia Elisa de Paula; CASTRO, Inaiara Maria Ferreira. “Democratizar, descentralizar, municipalizar: a expansão do ensino catarinense”. Cadernos de Pesquisa, v.34, n. 121, 2004



Sem concursos e com fechamento de séries, Estado força processo

O Projeto de Lei Complementar 014/2009 não deve obrigar prefeituras a aceitar a municipalização do ensino fundamental. Mas a falta de concursos públicos para professores efetivos na rede estadual, o excessivo número de trabalhadores admitidos em caráter temporário (os ACTs) e a não abertura de vagas nas 1ª e 5ª séries nos últimos dois anos letivos revelam que o gover-

no estadual de Santa Catarina levará este processo adiante à força. A diretora de apoio ao Estudante da Secretaria do Estado de Educação (SED), Rogéria Diegoli, usa frases contraditórias para explicar o projeto do governo. “A lei não é obrigatória, cabe ao Executivo municipal decidir. Mas é um processo sem volta”, garante. Segundo ela, a falta de concursos públicos vem ocorrendo de propósito, afim de evitar novas carreiras e encerrar um dos principais entraves da municipalização: a convivência em uma mesma escola de professores com diferentes planos de carreira, salários e diretrizes de trabalho. “É algo que todos os estados vem praticando”, revela.

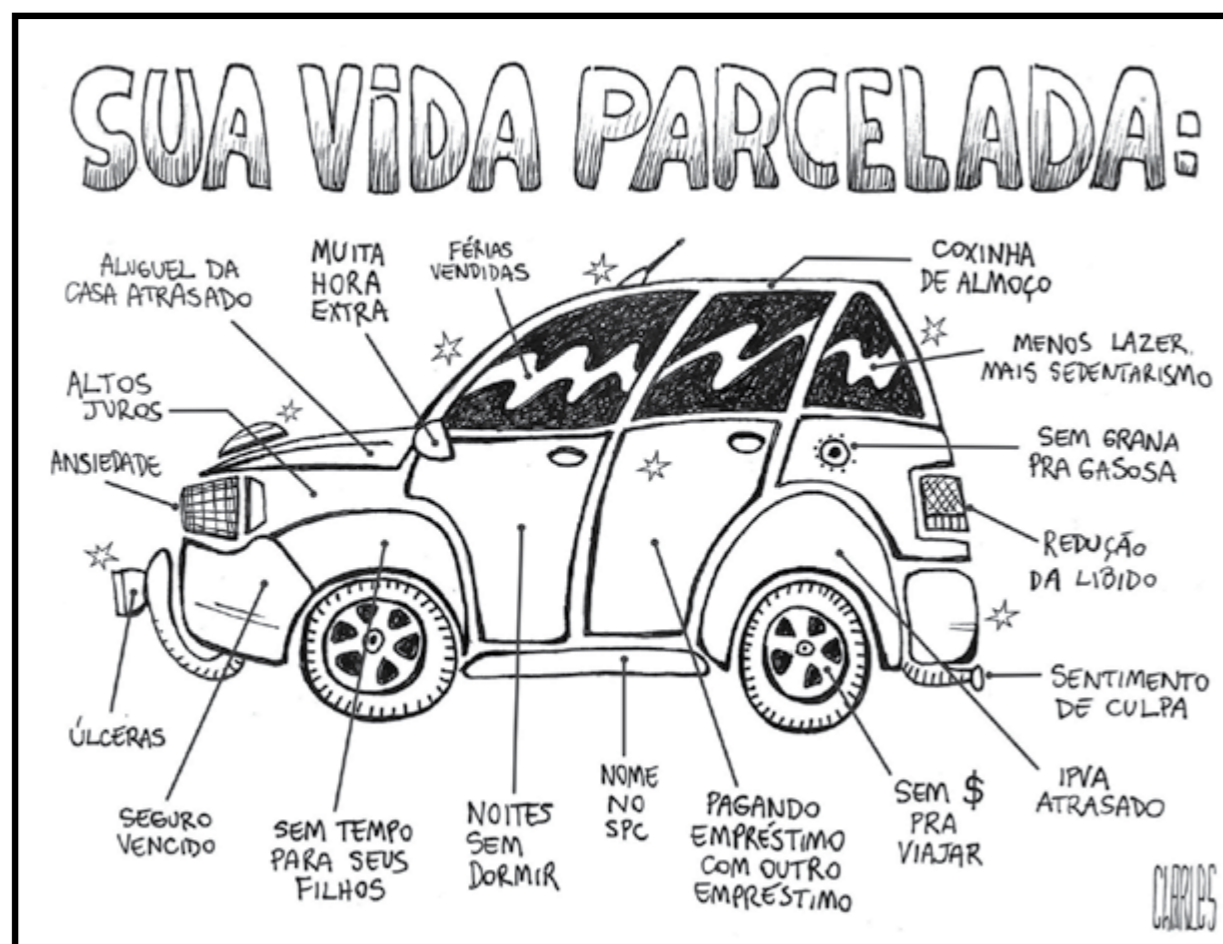
Com isso, a cada início de ano letivo a cena se repete e centenas de alunos das escolas estaduais ficam sem aulas devido ao não preenchimento de vagas por parte dos ACTs. Segundo dados do Estado, 15 mil professores são contratados temporariamente

a cada ano. O último processo seletivo ocorreu em outubro de 2010, com quase 34 mil inscritos. A primeira chamada começou uma semana antes do começo das aulas (marcado para o dia 7 de fevereiro), e somente na região de Blumenau, cerca de 200 vagas não haviam sido preenchidas. Na Escola de Ensino Básico Frei Godofredo, em Gaspar, os trabalhadores paralisaram

as atividades por três dias, em protesto à falta de 15 professores ACTs. Em algumas salas, duas alunas do ensino médio tiveram de cuidar de séries iniciais como voluntárias. A segunda chamada aconteceu apenas entre os dias 14 e 18 de fevereiro, e algumas vagas ainda permaneceram em aberto. A partir de 21 de fevereiro, os cargos não preenchidos poderiam ser oferecidos até para quem não havia participado do concurso em outubro.

Já a não abertura das séries tem levado os alunos das redes estaduais para dois caminhos: ou procuram uma escola do município ou são empurrados uma série adiante, perdendo um ano inteiro de aprendizado. “O que ocorre é uma municipalização à força, ou melhor, uma prefeiturização do ensino fundamental. O Estado está ceifando séries e forçando a migração de alunos para as escolas da rede municipal, cada vez mais inchadas”, denuncia o professor e sindicalista Janilson Lotério.

CHARGE DO CHARLES



Corredores de ônibus

Aplausos à gestão JPK! Após sete anos, finalmente uma obra executada pelo governo municipal que parece beneficiar realmente a população Blumenauense. Uma medida simples e barata, que não necessitou de grandes intervenções estruturais, mas que à primeira vista parece ser uma medida de curto prazo para amenizar significativamente o caos urbano da cidade.

Agora só falta reduzir o preço da tarifa de ônibus, aumentar as linhas e horários dos coletivos, investir honestamente e com seriedade em ciclovias e ciclofaixas, integrar o sistema de transporte coletivo com bicicletas, modernizar os ônibus, integrar regionalmente o transporte coletivo, etc, etc.

ABREASPAS

“Só um alerta ao reitor, doutor Natel, que tem muitos acadêmicos desistindo de estudar na FURB devido às mensalidades. Os preços estão um absurdo! Só um alerta.

Vamos rever esses preços! Vamos conversar. Dê chance para o pessoal estudar. Baixe os salários dos professores, pô!”

João José Marçal, vereador de Blumenau pelo PP, em pronunciamento na Câmara dos Vereadores no dia 10 de fevereiro de 2011, reafirmando seu histórico de desrespeito aos servidores públicos.

Educação em Santa Catarina

Em recente pronunciamento no Senado Federal, Luiz Henrique da Silveira, que governou feudalmente nosso estado nos últimos 8 anos, apontou as conquistas obtidas em seus governos, entre elas: “a escolaridade chegou ao píncaro de 99,80%. É o maior nível de escolaridade do País, que representa dizer que praticamente todas as crianças estão na escola.”

Apesar dos números excepcionais apresentados, o ilustre senador esqueceu de dizer que, passado quase um mês do início do ano letivo, escolas estaduais de Santa Catarina ainda amargam a falta crônica de professores. Agradecemos assim ao agora senador, que durante seu governo conseguiu o feito de levar praticamente todas as crianças às escolas, ainda que estas estejam esvaziadas de professores.

Mais amor, menos motor

As imagens do bancário Ricardo José Neis, que atropelou mais de 20 ciclistas durante a manifestação da Massa Crítica, em Porto Alegre no dia 25 de fevereiro, chocaram pela violência reproduzida. Mas, esta tentativa de homicídio, nada mais é do que subproduto de uma concepção de mobilidade que coloca o direito do uso do automóvel acima do direito à vida.

Nos últimos cem anos, o automóvel vem tornando-se o principal meio de transporte em nossa sociedade. Acompanhado dele, cresce a insegurança e violência cotidiana. O carro e a velocidade transformaram-se em símbolo de potência e distinção social, por isso, não é raro encontrar histórias de seres humanos que se transformam em monstros no volante. Já em 1950, a Disney produziu um desenho chamado “Motorman” que ilustraria esta metamorfose moderna. Nele, ao sentar-se ao volante de seu carro, o amável Pateta se transforma em Sr. Hyde, um motorista egocêntrico, perigoso e que dirige violentamente.

“Mais amor, menos motor” era a palavra de ordem que gritavam os ciclistas no momento do atropelamento. No entanto, o bancário de Poa, assim como Sr. Hyde, não concebe a possibilidade de que a rua possa ser de todos.



Assista o vídeo:
Digite Massa Crítica - Atropelamento - Porto Alegre



Em 2010, vídeo-instalação de Aline Assumpção e Charles Steuck conquistou o 1º lugar no Salão Elke Hering (Foto: Charles Steuck)

Artes visuais em Blumenau hoje

POR SHEILA MADDALOZZO,
professora do Departamento de Artes da FURB e Doutora em História da Arte pela Université de la Sorbonne (Paris I) <sheilamad@furb.br>

As artes visuais na contemporaneidade em Blumenau têm sido objeto de nosso interesse há algum tempo. Em estudos anteriores analisamos o Salão Elke Hering (pesquisa Pipe/2007), assim como as exposições realizadas pela FURB (pesquisa Pipe/2008), e ainda, os espaços expositivos formais e não formais existentes em Blumenau (pesquisa Pipe/2009). Esses trabalhos apontaram certas tendências, vocações e inovações da cidade em relação às artes visuais contemporâneas:

(i) O Salão Elke Hering, em suas oito edições entre 1994 e 2007, tornou-se referência no que refere as artes visuais na região. No entanto, contrariando a função inata dos salões de arte em apresentar o que há de mais contemporâneo, o Salão Elke Hering mantém-se fortemente vinculado às linguagens tradicionais, como a pintura e gravura, ao passo que procedimentos mais inovadores, como instalações, performances ou vídeo-arte ainda são minoria. Essa tendência contradiz a vocação de espaços expositivos como Bienais e Salões, que por definição, são mostras de Arte Contemporânea, enquanto galerias particulares expõem artistas da atualidade, cujas obras não apresentam, obrigatoriamente, um caráter contemporâneo.

(ii) A pesquisa sobre as exposições realizadas pela FURB entre

1997 e 2007 salientou o caráter da instituição enquanto veículo de extensão, abrindo suas portas a artistas de diferentes origens, formações e expressões. A Divisão de Promoções Culturais – DPC, extinta em 2006, promoveu centenas de exposições de artistas da região, desde acadêmicos e autodidatas ainda desconhecidos a consagrados nomes do panorama estadual e nacional, nas mais variadas linguagens. Mostras fotográficas e de cartazes ilustraram a história da cidade, fomentando a ação artístico-cultural da instituição sobre a comunidade.

Ainda, e para além das exposições realizadas pela DPC, a FURB responde por uma atuação decisiva no que tange as artes visuais, pois desde 1973 o curso de Artes forma professores na área. De que maneira o curso contribui hoje na construção de sujeitos mais sensíveis artisticamente, ou, que ações efetivas repercutem sobre a qualidade deste ensino? Algumas propostas do Departamento de Artes, como exposições dos formandos e o Finalizarte, promovem o trabalho desenvolvido entre professores e acadêmicos, e são ocasiões de grande crescimento e aprendizagem. Outras iniciativas de caráter individual, como viagens de estudos às Bienais de São Paulo e do Mercosul vêm sendo efetuadas desde 2002 com o intuito de fomentar o fruir em arte. Apesar de seu cunho particular, essas viagens tornaram-se referência

do curso, reunindo além de acadêmicos de diferentes fases e cursos, egressos e amantes da arte em geral. Infelizmente, outras inações, devidas sem dúvida às vicissitudes do sistema institucional, impedem outros desfechos mais construtivos.

(iii) Em relação aos espaços expositivos formais e não formais da cidade, detectou-se um nítido crescimento de locais informais como lugar de expressão de jovens artistas, o que se deve, em grande parte, à estagnação dos espaços formais (Fundação Cultural, galerias, universidades). Ao transpor o ambiente formalmente constituído, a obra propõe a discussão e ressignificação do sítio midiático, trazendo questões acerca do acesso e da democratização dos espaços de arte, tanto físicos, como a rua, quanto virtuais, como a web-arte. Esses novos locais apropriados pelos artistas assumem papel determinante na disseminação de exposições de artes visuais na cidade e na educação dos sujeitos.

Quanto ao poder público da região, raras ações de apoio às artes visuais foram implementadas nos últimos anos, denotando a falência generalizada dos organismos responsáveis, o que, aliás, incomoda muito pouco a população em geral. A classe artística da cidade, ao contrário, começa a articular-se em ações esporádicas como eventos de múltipla expressão, que reúnem artistas de diversas linguagens, debatedores, críti-

cos e até políticos, além de um público em sua maioria, jovem.

A arte contemporânea oferece, além da diversidade de procedimentos visuais, novos modos de comunicação e apresentação da obra, próprios da contemporaneidade, e que apontam para novos sistemas de arte. Questões acerca da legitimação e territorialidade da obra e do espaço expositivo permeiam o cotidiano de jovens artistas que buscam em locais não institucionalmente constituídos novas situações de exposição de seus trabalhos. Esses novos espaços expositivos operam modificações também sobre a fruição do público, que estabelece originais relações de diálogo com a obra, deslocada do lugar a priori concebido para esse fim.

As pesquisas realizadas até agora são apenas algumas das inúmeras possíveis abordagens das artes visuais na contemporaneidade em Blumenau. Novas perspectivas se esboçam, na medida em que os artistas ocupam outros espaços, e diferentes necessidades se definem. Uma jovem geração de artistas já se articula em torno de novas proposições para fazer, fruir e discutir arte em Blumenau. Mesmo que a cidade seja ainda tímida ou receosa em suas propostas, sabemos que a arte é sempre maior que o resto, então, de uma forma ou de outra, deverá acabar acontecendo, pois como disse Picasso, o importante em arte não é procurar, mas encontrar.



Arte sobre fotografias de Leo Laps e Artur Moser/SCArquivo Histórico José Ferreira da Silva

Blumenalva, Nauemblu

Uma breve tese sobre a poética em Blumenau

POR MARCELO LABES, escritor e funcionário público <labesmar@gmail.com>

INTRODUÇÃO AO PROBLEMA

A literatura blumenauense, ou aquilo que se pode chamar de, pode ser dividida basicamente em duas vertentes teóricas, segundo o professor e escritor José Endoença Martins. Sendo Blumenau um espaço-tempo devidamente delineado pela história e pela geografia, podemos já falar de, nessa mesma Blumenau, duas visões antagônicas: Blumenalva e Nauemblu.

Foi o nacionalismo forçado do governo Getúlio Vargas que, a partir de 1930, silenciou (entre outras) esta colônia germânica, proibindo a expressão através do idioma alemão e estagnando a criação literária blumenauense. Levando em conta que os colonos, desde a sua chegada e até então compunham em língua alemã, o silenciamento passou para além de lingüístico e tornou-se efetivamente cultural. Quando, porém, foi retomada a liberdade de cantar a terra e seu povo, Blumenau entrou num círculo vicioso de enaltecimento de si própria que demorou cerca de trinta anos para ser alcançado e ultrapassado, por assim dizer.

Pouco se conhece da obra escrita em Blumenau antes das intransigências gestualistas, de característica peculiarmente romântica, mas ninguém se omite diante da figura de Lindolf Bell, poeta morador do Vale que adotou Blumenau como moradia e musa. É este o criador do termo Blumenalva. Para a poesia — e os poetas — dos anos de 1960, Blumenau era a musa inalcáçavel, dotada de pura beleza. O próprio termo, em si, sugere a visão teutônica de pureza, limpeza e

riqueza percebida através dos olhos do blumenauense.

“Nasci onde geografia se faz de sentimento”
Lindolf Bell in “O Código das Águas”

Somente depois de três décadas, ou seja, a partir da década de 1990, é que a poesia Blumenalva passa a ter uma corrente interlocutora, opositora e muitas vezes complementar: a chamada Nauemblu, termo extraído de poema de Dennis Radünz, este também um experimentalista. Enquanto para os poetas sessentistas, a cidade e sua geografia (os vales, o verde, o germanismo e o rio) eram o principal tema de suas composições, para os escritores da corrente experimentalista da década de 1990, estes já eram temas ultrapassados. O enaltecimento de uma cidade localizada estaticamente no Vale do Itajaí deixava de fazer sentido para estes poetas que conseguiam observar além do vale e puderam perceber as fortes mudanças que a História lhes exigia: somente durante o século XX foram duas guerras mundiais, a polarização EUA x URSS, a globalização, as ditaduras militares latinas, entre tantos outros fatos relevantes que se fizeram perceber fora dos muros desta cidade.

O PROBLEMA

A análise que me disponho a fazer tem um ponto de partida pessoal e coletivo: Blumenau é uma cidade operária (isso, em si, já riquíssimo de significado) que tem de conviver com o trauma de não estar localizada na Europa, mas no Brasil, um país dito em desenvolvimento e

com déficits em praticamente todas as áreas públicas.

Para efetuar minha análise, contemplo estes dois autores. Lindolf Bell e José Endoença Martins são polarmemente opostos. Primeiramente, por pertencerem a momentos históricos distintos; depois, por terem opiniões adversas a respeito do papel da poesia e sua relação com o meio onde é composta — a poesia de Bell, no mais das vezes, enaltece a cidade, sua tradição colonial e seus respectivos traumas teuto-brasileiros, enquanto a poesia de Martins critica a atuação pseudo-germânica dos habitantes da cidade, chamando sua atenção para a realidade não-romântica, para o mundo real que a cerca, para além dos morros que compõem o Vale do Itajaí.

A poesia belliana, conforme a análise que proponho, é a poesia do sonho, de um romantismo levado a sério, ainda que anacrônico, e pode ser interpretada como a genuinamente blumenauense, pois apesar da realidade que a cerca — e que dela exige mais realidade, continua imersa em nuvens brancas:

*“Se me quereis longe da paixão:
tirai o cavalo da chuva*

*Pois menor que meu sonho
Não posso ser.”*

Lindolf Bell, “Poema do Andarilho” in “O Código das Águas”.

Já a poesia que se contrapõe à pseudo-realidade da poesia Blumenalva é a poesia não do sonho, mas da insônia, da angústia cotidiana, do humor azedo de

uma segunda-feira de manhã:

“Nesta cidade de vampiros um espirro é mais que um susto. Acorda-se sobressaltado dorme-se com muito custo.”

José Endoença Martins in “Poética”

Enquanto a poesia de Bell exalta o sonho, Endoença mostra-nos com que dificuldade se dorme, onde “um espirro é mais que um susto”. Já o refrão “menor que meu sonho não posso ser”, eleito a máxima poética da cidade, aparece onde couber nos espaços públicos. Endoença não aparece em lugar nenhum. Dos poucos que o conhecem de nome, menos ainda são os que o lêem.

Parece-me que “numa cidade de ritos combalidos”, onde as pessoas têm os “olhos em enxaimel” (Endoença), acordar de fato para uma realidade dolorida e penosa — que, afinal, é a realidade da realidade dos fatos — é, pelo menos, uma tentativa de crime contra o sonho. O sonho que, por aqui, é uma das únicas saídas ainda, deve ser preservado antes de tudo, através principalmente de sua arte inerte, de suas discussões inexistentes e de sua poesia sonâmbula, que escreve dormindo e não pode ser acordada. Quem souber, e puder, que faça diferença.

Marcelo Labes é autor do livro “Falações” (Edifurb, 2008)

Recentemente uma série de pesquisadores vêm se debruçando sobre temas até há pouco considerados indignos de análises sérias e sistemáticas, dentre estes, o universo da pornografia. “*Maria Erótica e o clamor do sexo: imprensa, pornografia, comunismo e censura na ditadura militar, 1964-1985*”, livro escrito pelo jornalista Gonçalo Júnior e publicado pela Editoractiva Produções Artísticas em 2010, insere-se nesta relação de pesquisas sobre temas inusitados, mas que muito revelam a respeito da nossa sociedade.

Gonçalo Júnior possui mais de uma dezena de livros publicados, e seu olhar recai principalmente sobre a história da imprensa e da cultura de massas no Brasil. Dentre seus títulos podemos destacar “*A guerra dos gibis*” (Companhia das Letras, 2004), “*O homem-Abril*” (Opera Graphica, 2005) e “*Enciclopédia dos monstros*” (Ediouro, 2008). “*Maria Erótica e o clamor do sexo*” segue a mesma linha e é apresentado pelo próprio autor como o segundo volume de “*A guerra dos gibis*”, já que conta a história de duas das principais editoras brasileiras que publicaram quadrinhos eróticos nacionais durante a ditadura militar (1964-1985), Edrel e Grafipar. A narrativa se constrói a partir da trajetória de dois personagens que, na perspectiva de Gonçalo, foram os principais responsáveis por imprimir uma marca de originalidade na produção quadrinística tupiniquim, Minami Keizi e Claudio Seto, e apresenta um rico panorama do mercado editorial e da produção cultural durante os tempos de exceção.

Minami Keizi e Claudio Seto, descendentes da imitação japonesa, tinham o mesmo desejo: a realização profissional por meio da criação artística de quadrinhos. Não se conheciam e provinham do interior paulista. Ambos, entretanto, foram influenciados pelos mangás (estilo japonês de quadrinhos) que leram na infância, e buscaram em São Paulo alguma editora que soubesse reconhecer o talento que acreditavam possuir. Apesar das muitas dificuldades, conseguiram se estabelecer, dedicando suas vidas à produção

de histórias em quadrinhos e revistas populares, principalmente de sexo. Os caminhos de Minami e Seto se cruzaram depois que o primeiro, então proprietário da Editora Edrel, viu em uma publicação publicitária as ilustrações daquele que seria seu principal colaborador, e resolveu contratá-lo, em 1967. Na década de 1980 Seto tornou-se um dos principais quadrinistas brasileiros. O que parece mera história de superação pessoal ganha contornos imprevisíveis na abordagem de Gonçalo Júnior, que consegue estabelecer as relações entre as trajetórias dos seus personagens, o mercado de publicações populares e a censura prévia na imprensa brasileira.

O que o autor alcança com “*Maria Erótica*” é uma grande reportagem sem pretensões historiográficas, já que falta ao livro a verticalidade de interpretações a respeito dos fatos que são apresentados. Também há um aparente descuido com o texto, que em alguns momentos apresenta problemas de organização e em outros de foco narrativo, situação em que o leitor é conduzido por caminhos que terminam por não se justificar. Tais problemas, entretanto, são superados pela imensa pesquisa realizada ao longo de 18 anos e pelo ineditismo do trabalho, justamente por tomar como objeto um produto cultural considerado descartável, já que Minami e Seto trabalharam produzindo publicações que se estabeleceram no mercado através de preços populares e conteúdos ligados ao sexo. Assim, a recuperação da trajetória de revistas como as eróticas “*Peteca*” e “*Rose*”, publicadas pela Grafipar, ou “*Garotas & Piadas*” e “*Estórias Adultas*”, publicadas pela Edrel, ajudam a compreender o contexto político, social e cultural em que se inseriram. Vale lembrar que Edrel e Grafipar, apesar da grande quantidade de títulos e exemplares que publicaram, nunca alcançaram o prestígio e capital político das grandes editoras, com as quais concorriam. No caso da curitibana Grafipar a situação era ainda mais peculiar, já que constituiu-se fora do eixo Rio-São Paulo. Ainda assim, no início da década de 1980, reuniu alguns dos me-

“Maria Erótica e o clamor do sexo”

POR VIEGAS FERNANDES DA COSTA, editor do Sarau Eletrônico (www.bc.furb.br/saraueltronico) da Biblioteca da FURB <viegas@furb.br>



O livro de Gonçalo Júnior conta a história de duas das principais editoras brasileiras que publicaram quadrinhos eróticos nacionais durante a ditadura militar

lhores quadrinistas brasileiros. Daí a importância do trabalho de Gonçalo Júnior. Ao escrever sobre personagens e editoras até certo ponto marginais no mercado editorial, recuperou também publicações que correm o risco de desaparecer, já que dificilmente encontram o interesse dos arquivos públicos e se perdem dispersas pelas poucas coleções particulares que ainda as preservam.

Outro elemento que chama a atenção em “*Maria Erótica*” é o cuidado e dedicação dos profissionais que trabalhavam para estas pequenas editoras. Ainda que mergulhados numa lógica de trabalho fabril e febril de textos e ilustrações, com prazos apertados e conscientes de estarem produzindo publicações que visavam o consumo imediato e, na maioria das vezes, descartável, preocupavam-se por apresentar inovações, fosse no

traço, fosse no conteúdo. Para além do mercado, do descartável, Minami, Seto e muitos outros quadrinistas praticamente anônimos buscavam realizar arte e oferecer ao público um produto cultural legítimo.

Por fim, resta dizer que poucos são os trabalhos que conseguem dimensionar a gravidade da censura prévia no Brasil durante o período da ditadura militar. “*Maria Erótica e o clamor do sexo*” consegue, e só por isso já mereceria nossa leitura atenta. No saldo, Gonçalo Júnior, ainda que bastante descritivo e superficial em suas análises, tem o mérito de instigar o interesse e apresentar elementos para pesquisas que se proponham a também olhar para estas publicações apartadamente de pouco valor, mas importantes para a constituição de um olhar inédito a respeito de nossa história política e cultural.



Olhares sobre o Centro Histórico

POR DANIELA PAREJA, arquiteta e professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da FURB <danielapareja10@gmail.com>

A palavra “política” vem de *polis*, decorrente da organização das cidades, e isso tem a ver com a gestão do espaço e dos equipamentos públicos. Logo, atuar sobre o espaço público é uma tarefa política que interfere no cotidiano comum de todos.

Com esse raciocínio, chamo a atenção para as interferências que vem sendo feitas em um dos espaços mais sensíveis e significativos de nossa cidade: o centro histórico. Trataremos aqui de um lugar de extrema importância na representação física, simbólica e paisagística de nossas origens, afinal, foi ali que Blumenau começou como cidade.

Nos últimos anos assistimos silenciosamente ao resultado de várias intervenções equivocadas, e hoje amargamos em nossa paisagem o esqueleto do Edifício América, equipamento privado em praça pública, sistema viário agressivo, com alto fluxo de automóveis para área, casas históricas abandonadas, alguns equipamentos culturais desarticulados e – na maioria do tempo – vazios, um rio abandonado e um parque fechado. E agora temos a chegada de um empreendimento de uso misto, que será construído no terreno do antigo estádio do BEC (Blumenau Esporte Clube, com uma torre

comercial de 12 pavimentos e duas torres de 15 andares (seis apartamentos por andar), tendo um total de área construída de quase 21 mil metros quadrados, segundo o Estudo de Impacto de Vizinhança – Empreendimento Duque de Caxias. A construção traz para a área um adensamento populacional que causará impacto considerável de mobilidade e também na paisagem.

Essa área é considerada como uma Zona de Localização Especial 4 (ZLE-4), classificada como área urbana de especial interesse histórico, turístico, cultural, paisagístico e de monumentos.

Porém o que vemos é que a todas as intervenções feitas em nosso centro histórico são estudadas de forma isolada: por mais que os estudos considerem todos os patrimônios da área, não se tem uma visão de conjunto, uma estratégia global, não se percebem as possibilidades de conexões do parque com esse espaço, não se consideram as perspectivas históricas, não se prioriza o pedestre, os olhos dos usuários estão cada vez mais distante do espaço público. Os argumentos para se intervir em nossa cidade não podem se resumir apenas ao entendimento dos estudos de impacto de vizinhança trazidos pelos empreendedores: precisamos saber o

que queremos para nossa cidade, dar a linha, construir critérios.

Essa área precisa de um desenho articulado, que reflita uma estratégia urbanística mais ampla, contemporânea. É necessário estabelecer critérios de intervenção para esse tipo de espaço, garantindo coerência de escala, que sustente as funções vitais como rua, uso do solo, estabelecendo um novo sentido de orientação no tempo e no espaço face à verdadeira e necessária adequação aos habitantes, seus usos e equipamentos.

É um equívoco pensar a cidade apenas sob o ponto de vista jurídico e sob a lógica estrutural; é preciso um olhar mais sensível, abrangente e responsável. Um lugar como nosso centro histórico tem um significado imaterial. E é preciso entender essa dimensão.

Cada um de nós guardamos uma imagem da cidade, a partir da nossa vivência construímos nossos valores, que estão atrelados naquilo que consideramos importante, naquilo que nos ameaça ou naquilo que nos deixa seguros. Cada cidadão tem um jeito de perceber a cidade, tem suas preferências, um canto um recanto da cidade que guardamos na memória.

Essas impressões vão além do construído, pois o espaço ocupado é um agregador de vi-

vências, histórias, sensações, encontros e memórias. Com isso, temos nas cidades sistemas complexos, conexões físicas simbólicas e subjetivas.

Diante dessa complexidade façamos uma provocação, sob a luz de Kevin Lynch, cujo conceitos foram citados acima. A idéia é fazer uma reflexão sobre o significado do nosso centro histórico para o cotidiano contemporâneo. Quais são as lembranças, as impressões, sensações que esse lugar desperta em você? O desafio é registrar isso, fotografar, desenhar, escrever, ilustrar. E a partir desse material fazer uma reflexão, tentar entender o sentido desse lugar nós nos dias de hoje. Mande seu registro para danielapareja10@gmail.com